

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 17

Data: 19 de agosto de 1984

Pg.: _____

Polonoroeste poderá perder financiamento

Depois de uma semana em visita às áreas indígenas abrangidas pelo Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste (Polonoroeste) em Rondônia, um integrante da equipe de avaliação do projeto, Mauro Leonel, afirmou que existe a ameaça de que o Banco Mundial suspenda o financiamento do Polonoroeste para o setor indígena. Também participaram da visita à região a antropóloga coordenadora da equipe, Betty Mindlin, e o delegado da Funai no Estado, Apoena Meireles. Eles constataram irregularidades no cumprimento das exigências do Banco Mundial impostas ao governo brasileiro para o financiamento do projeto.

Leonel disse em Porto Velho que não está de acordo com Brasília quanto à falta de recursos do Polonoroeste para a demarcação e preservação de terras indígenas e para o levantamento das tribos não contactadas. Ele afirmou que a verba dada ao governo brasileiro para aplicação em benefício dos índios entre 1981 e 1985, em Mato Grosso, Rondônia e Vale do Guaporé foi de US\$ 26 milhões: "Entretanto, até agora só foram gastos US\$ 6 milhões, por etapas e com atraso, basicamente em grandes obras e contratação de pessoal".

Leonel afirmou que o Brasil não tem cumprido a cláusula do acordo que determina o respeito à etnia e à preservação das terras indígenas. Para ele, todos os órgãos envolvidos na execução dessa parte do programa apresentam falhas na atuação e não existe coordenação entre eles. "Está tudo errado", lamentou Leonel. "A Funai, por exemplo, deveria estar à frente do Incra, entrando em contato com os índios e fornecendo certidão negativa da existência deles nas áreas de colonização. Acontece justamente o contrário. O Incra é que tem informado a Funai onde há índios."

Segundo Leonel e Betty, uma das conseqüências dessa falta de controle e da migração cada vez maior de colonos do Sul é a existência de pistas de pouso em fazendas, além de estradas improvisadas. Eles asseguraram que nem as terras

demarcadas são respeitadas, e os invasores colocam cercas em torno das áreas pertencentes aos índios. Leonel denunciou que nunca houve um desastre ecológico tão grave por causa do desmatamento, que está condenando algumas espécies ao desaparecimento.

As terras invadidas são as dos zoró, suruí, cinta-larga, gavião, arara e mequem. Segundo chefes de tribo, os cinta-larga e suruí estão pintados para guerra e prometem expulsar os invasores a seu modo, uma vez que o prazo estipulado para deixar a área já se esgotou. Na manhã de sábado passado, os cinta-larga mataram a flechada José João Pereira Conceição, ex-auxiliar da Funai, quando atravessava o rio Roosevelt numa canoa. Outras tribos — como a dos gavião e os arara — já tentaram conseguir na justiça a expulsão dos invasores. Sem sucesso, eles prometem fazê-la por conta própria.

Na região do rio Mequem, em Rolim de Moura — onde vivem os sakirapi e makurapi — estão os últimos 68 índios de uma nação que já chegou a ter 800, e que foi dada como extinta pela Funai. Nessa área de 226 mil hectares, dois fazendeiros e uma empresa de Santa Catarina (Madelreira Lavrama do Norte) exploram a madeira. Mauro assegurou que eles retiram de 20 a 45 caminhões todos os dias, o que rende um lucro de Cr\$ 3 milhões para cada um. No município de Cacoal, a Lavrama mantém 14 pistoleiros. "Mas não existe ninguém da Funai na área, e eles fazem até festa com cachaça para os índios", denunciou Leonel.

Segundo ele, o fazendeiro João Bosco Altoé cercou uma área onde estão vários seringais indígenas e fez pastagem para comprovar benfeitorias. Ele nega, porém, que esteja ocupando as terras dos sakirapi e makurapi, afirmando que está prestando serviços ao Incra. O Polonoroeste pediu a interdição da área com urgência. Betty Mindlin lembra, no entanto, que o projeto de interdição existe desde 1982, mas a Funai ainda não o assinou.